



REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns**. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRITO, Ronaldo Correia de. **Galileia**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de males, 1999.
- IBGE. **Cidades e Estados- Tauá**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/taua.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- MACÊDO, Heitor Feitosa. **ANTIGAS FAZENDAS - SERTÃO DOS INHAMUNS: A CASA DO ESTREITO**. 2014. Disponível em: <https://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com/2014/05/antigas-fazendas-sertao-dos-inhamuns.html>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- MARQUES, Ivan; BUENO, Luís. **Em torno do romance de 30**. Teresa, n. 16, p. 6-9, 2015.

FEITICEIRAS DO SERTÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E ESTEREÓTIPOS DAS REZADEIRAS NO NORDESTE

Thalyta de Paula Pereira Lima

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, professora da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras/ ETSC/CFP/UFPG

thalyta.paula@professor.ufcg.edu.br

Mariana Palácio de Melo

Graduanda do Curso de Licenciatura em História (UACS-UFPG)

mariana.palacio@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: As rezadeiras são descritas como pessoas idosas que possuem dons curativos e são conhecedoras de plantas e orações. Elas combinam conhecimentos de origens indígenas, africanas e europeias, dispoendo de um aparato religioso baseado no catolicismo popular. Seu ofício tem como objetivo extinguir determinadas mazelas espirituais e físicas por meio das chamadas benzeduras. Foram durante certo tempo procuradas pela parcela menos abastada da sociedade, pois representavam um dos poucos recursos de tratamento. Compreendendo a importância dessas figuras no cotidiano nordestino, objetiva-se discutir suas práticas, rituais e origens por meio de uma revisão bibliográfica. Interessa-nos ainda compreender os aspectos presentes na construção de seus estereótipos muitas vezes entrelaçados à bruxaria no Brasil.



Palavras-chave: Rezadeiras; Gênero; Sincretismo religioso.

INTRODUÇÃO

“Menina com quebranto?- Reza de acalanto! Ramo de arruda na mão. E lá vinha a vó benzedeira: feitiçeira do sertão. Curar as dores do corpo, as mágoas do coração. A mão empunhava as folhas e a coreografia de cruz, tinha início de repente (de certo invocando Jesus). Que será que a vó dizia em ritmo meio atonal? A face cheia de vincos – como um trajeto ancestral... Guardiã de mil segredos, rugas de tempo e de sol. Olhava pro firmamento e entoava um só refrão. Em línguas desconhecidas chamava espíritos bons. Morgana da terra seca. Deusa grega disfarçada, princesa de Bagdá! Senhora de cantorias com influências de além-mar. Fada, bruxa, rezadeira, índia, africana, mãe-terra. Gaia de todas as eras... Alquimia feminina... Herança que me mantém. Maria, cheia de graça! Sertão ecoando: amém!”

(Goimar Dantas, 2006)

As rezadeiras no imaginário popular são geralmente identificadas como pessoas idosas, conhecedoras de múltiplas ervas e orações, além de possuidoras de determinados dons curativos. Essas mulheres evidenciam a multiculturalidade do país fundindo conhecimentos de matrizes indígenas e africanas, além de um aparato religioso baseado no catolicismo. Suas ações consistem em executar benzeduras para extinguir determinados males, como: "mau-olhado", "ventre-virado", "espinhela caída", "carne triada", "quebranto", dentre outros.

A origem dessas práticas remete ao período colonial em que predominava a dominação sexual, racial e cultural imposta pelos europeus. Os males que afligiam o gênero feminino eram influenciados pela ótica do cristianismo que os interpretavam como uma punição pelo pecado original de Eva, ou como problemas que estavam ligados ao útero, além de relacioná-los ao demônio. O conhecimento voltado ao corpo feminino, nesse contexto, destinava-se a preocupações basicamente relacionadas à concepção.

Nessa sociedade existiam muitos tabus envolvendo a saúde do sexo feminino que, conseqüentemente, recorria aos dons das mulheres sábias chamadas, entre outros nomes, de rezadeiras. “Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedeiros, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíram a falta de médicos e cirurgiões” (DEL PRIORE, 2011, p. 81).



A benzedeira foi vista com desconfiança pelas autoridades religiosas e seus rituais considerados como manifestações satânicas, embora as mesmas utilizassem preces “(...) que curavam com ‘orações, benzimentos, rezas e palavras santas’, pertencentes ao monopólio eclesiástico, passaram a ser sistematicamente perseguidas (...) sobretudo pelos inquisidores do Santo Ofício (...)” (DEL PRIORE, 2011, p. 92).

Estigmatizadas de diferentes maneiras ao longo da história, esses grupos de mulheres foram rotulados pejorativamente por seus saberes e práticas. Apesar disso, as rezadeiras e curandeiras continuaram por gerações a realizar seus ofícios junto à população mais pobre, unindo seus conhecimentos empíricos e vivências com elementos de ritos católicos. Considerando tal problemática, entendemos a figura da benzedeira enquanto forma de resistência feminina, que sobrevive e se ressignifica ao longo do tempo mediante os diferentes processos de exclusão e preconceito, seja pelas autoridades clericais, seja pelo processo de dominação masculina colonizadora capitalista.

Assim, este trabalho tem por objetivo compreender e analisar a construção do papel social e místico da rezadeira, bem como sua perpetuação no tempo, desde as suas primeiras atuações registradas na literatura sobre o assunto até a atualidade. Interessa-nos historicizar seus rituais e descrever os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos presentes na construção de seus estereótipos muitas vezes entrelaçados à bruxaria no Brasil. Compreendendo estas particularidades, nos debruçamos a seguir em uma análise bibliográfica a partir de Del Priore (2011), Federici (2017) e Câmara (2016, 2020, 2021) para discutir as origens da figura e do papel das rezadeiras no Brasil Colonial e abarcar os entrelaçamentos históricos dessas mulheres com as bruxas medievais, enquanto formas de resistência feminina. Ademais, também é de nosso interesse articular a relação deste ofício com o sincretismo religioso e o chamado catolicismo popular, usando as visões de Lemos Filho (1996) e Souza (2008, 2013).

Cabe ressaltar que esta discussão é parte de uma Iniciação Científica realizada entre os anos de 2022 e 2023 com o apoio financeiro da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande e fez parte do programa PIBIC/CNPq-UFCG.

DAS PRIMEIRAS MULHERES NA COLÔNIA E SUAS MAGIAS



Compreender as rezadeiras no sertão paraibano nos direciona ao estudo das origens de suas práticas, que podem ser mapeadas desde o Brasil Colonial. A maneira como essas mulheres, permeadas pela multiculturalidade, surgem na gênese da sociedade brasileira pode nos proporcionar um vislumbre sobre o contexto em que seu ofício ganha prestígio e notoriedade. Ademais, as benzedeadas surgem especificamente no séc. XVI segundo Câmara (2020) e são uma resposta à necessidade de uma sociedade ainda em construção, com pouca assistência médica e dificilmente qualificada, onde principalmente as mulheres careciam do auxílio em relação às suas mazelas, como afirma Del Priore (2011).

Condicionadas pelo contexto em que viviam, as mulheres do Brasil Colonial estavam sujeitas ao poder masculino, branco, europeu e católico. É interessante citar que os primeiros portugueses vieram ao Brasil sozinhos, sem trazer suas mulheres, como ressalta Ribeiro: “O colono português imigrou sozinho. Não trouxe com ele sua mulher, os filhos, a mãe, a sogra.” (2006, p.3). Tal fato culminou na relação com as mulheres nativas, produzindo mão de obra mestiça que agora poderia contribuir economicamente com a colônia. Posteriormente, com a chegada de mulheres portuguesas e negras criou-se a imagem do feminino no país. “Dessa tríade cultural feminina surgiria o molde genético da mulher brasileira, que perduraria por mais de trezentos anos.” (RIBEIRO, 2006, p. 2).

Estas variadas etnias que formaram o feminino colonial estavam todas relegadas à subserviência do homem europeu. As mulheres brancas deveriam ser utilizadas para o casamento e para a procriação, sua vida e seu cotidiano tinham como objetivo estes dois fatores. Já as mulheres indígenas e africanas eram abusadas e escravizadas, sofrendo das mais diversas violências. “Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia” (RIBEIRO, 2006, p. 2). Em todos os casos, o corpo feminino não era de quem o possuía, mas deveria servir para satisfazer o português em suas mais diversas necessidades.

A pouca educação que as mulheres de elevada condição recebiam era para que fossem boas esposas e mães, as escravizadas sofriam com as penas da privação de liberdade, além dos severos abusos por parte dos senhores de engenho. Calejadas pelo poder opressor do patriarcado, estas mulheres muitas vezes apenas tinham umas às outras para tratar de seus males. Apesar das dificuldades na vida feminina, é perceptível que elas tiveram participação na sociedade da época e atuavam de forma ativa, como nos traz os relatos de Portela (2014):



Há casos na documentação judicial aqui mencionada em que senhoras figuram como proprietárias e administradoras de grandes fortunas, fazendas de gado e de escravos, por exemplo. Por outro lado, também é possível encontrar na documentação judicial a atuação de mulheres das camadas mais pobres, que fizeram uso da justiça para garantirem seus interesses.

Como quase todos os aspectos da vida colonial, a saúde estava intimamente interligada com a religião. Assim, a doença era vista como um castigo divino; “Reiteramos que, naquele momento, medicina, religião e magia pertenciam à mesma egrégora curativa no imaginário popular e não se diferenciavam claramente uma das outras.” (CÂMARA; FIALHO, 2021, p. 4-5). Quando adentramos na questão saúde feminina, as posturas se tornavam mais radicais, permeadas pela misoginia, como afirma Del Priore: “Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico.” (2011, p. 78).

Tal postura influenciou diretamente na medicina da época, a qual via qualquer enfermidade que afligisse mulheres como castigo ao pecado original de Eva. Dessa forma, “Para essa Medicina, que ainda vivia a atmosfera reinante na Idade Média, o corpo da mulher, coberto de pudores, era um mistério.” (NASCIMENTO, *et al*, 1998, p. 15). O pensamento dominante da época era presente até no nome dos órgãos sexuais femininos, que eram vistos como antagônicos ao do homem; posteriormente, o útero foi chamado de *madre*. A este órgão em específico, era atribuída quase toda a culpa das doenças femininas, assim como também o humor dócil, sensível e frágil das mulheres.

Devido a essas características, no caso de ser acometida por alguma moléstia, a mulher não era tratada com o mesmo remédio dado ao homem, ainda que a moléstia parecesse idêntica em ambos. Assim, além de padecer de todas as enfermidades a que estava sujeito o masculino, o elemento feminino tinha as que lhe eram próprias. (NASCIMENTO, *et al*, 1998, p. 16)

Assim, a ‘madre’ era o órgão dominante no corpo das mulheres da Colônia, sendo o responsável pela organização mental e física destas, ainda, era ele o causador da histeria feminina. Por estas razões, a menstruação regulada era sinônimo de boa saúde e havia os mais variados conselhos para que isto ocorresse. Dessa maneira, uma mulher com boa saúde e uma *madre* “disciplinada” podia cumprir seu objetivo, que era procriar.



Ao levar em consideração a literatura a respeito do tema em questão, é perceptível que o controle feminino era exercido por duas principais esferas, a da medicina formal masculina e a da Igreja Católica. Estas duas aliadas se propunham a desvendar os mistérios dos corpos das mulheres ao mesmo tempo que faziam a tentativa de dominá-lo aos seus propósitos. “Ambas buscavam ter acesso à intimidade da população feminina; a primeira, cuidando do corpo, e a segunda, da alma. De certo modo, a Igreja exercia a Medicina: não com drogas, mas com ‘remédios espirituais” ’ (NASCIMENTO, *et al*, 1998, p. 15). E ainda sobre a questão da dominação corporal exercida por estas duas instituições, Silva e Castilho (2014, p. 258) reitera: “O controle social feminino dava-se de duas formas, o discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina.”

Neste cenário ainda colonial, em que a saúde feminina era um mistério e a medicina - regulamentada no Brasil em 1808, com a chegada da família portuguesa - era incipiente, cheia de métodos falhos e suportada pela religião e misoginia, as mulheres recorriam umas às outras para a cura de suas mazelas. Como nos afirma Del Priore:

Desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgataram a saúde. (2011, p. 89)

Dessa maneira, curandeiras, rezadeiras, benzedoras, parteiras iriam ao socorro das mulheres das mais diversas classes sociais. Mapeia-se a origem de parte dessas práticas femininas na península ibérica, principalmente em Portugal, onde as rezadeiras eram reconhecidas como cuspidoras, chamadas assim pois “se utilizavam de sua saliva nos rituais de cura – mais precisamente a primeira do dia, estando a rezadeira ainda em jejum desde a noite anterior – o que garantia a pureza do material.” (CÂMARA; FIALHO, 2021, p. 3) Também na Galiza, cita-se as ‘meigas’, mulheres que faziam da cura o seu ofício.

Na época da colonização, junto com os médicos e curandeiros, estas mulheres migram para a América do Sul, em especial ao Brasil, elas vinham, normalmente expatriadas “por haverem cometido crimes em solo português ou por haverem sido condenadas como bruxas pela Inquisição tardia que ocorrera em Portugal e que durou de 1536 a 1821 (...)” (CÂMARA; FIALHO, 2021, p. 5)



Já em solo brasileiro, esses conhecimentos de cura e ervas foram fundindo-se aos conhecimentos indígenas e africanos, demonstrando a multiculturalidade dessas práticas. “Além desses conhecimentos, havia os saberes vindo da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira.” (DEL PRIORE, 2011, p. 89). A partir de Federici (2017), explicita-se a posição da Igreja Católica em relação aos conhecimentos produzidos e compartilhados pelas mulheres na América colonizada. “Entendidas, pela visão da Inquisição, como gente ‘carente de razão’, este universo feminino multicolorido (...) é um exemplo contundente das alianças que (...) as mulheres podiam construir (...)” (FEDERICI, 2017, p. 219). Assim, para a autora estas mulheres uniam forças num ambiente patriarcal e caracterizado pela discriminação sexual para controlar sua reprodução e cuidar das demais enfermidades que as atingiam.

As rezadeiras eram, na colônia, prestigiadas e temidas por prestarem um serviço gratuito e especialmente feminino, com suas orações e práticas passadas de mãe para filha e suas ervas cultivadas no próprio quintal. Esta posição social não agradou a Igreja, que rapidamente atribuiu o ofício ao diabólico.

ENTRE BRUXAS E REZADEIRAS: RESISTÊNCIA FEMININA

Em sociedades pré-capitalistas, mesmo nas mais antigas, as mulheres tinham um papel relevante frente à população, eram elas que cuidavam dos males físicos, mentais e espirituais que afligiam os demais. “Considerava-se natural o fato de se recorrer às conhecedoras dos mistérios fitoterápicos para livrar-se de problemas físicos, emocionais, mentais e espirituais (...)” (CÂMARA *et al*, 2016, p. 223)

Contudo, na modernidade, Federici (2017) levanta questões sobre como as relações femininas e o corpo passaram por um processo de “acumulação primitiva”² fomentado pelo Estado e pela Igreja Católica que construíram o sistema econômico atual. Apesar de prestarem

² Karl Marx entende acumulação primitiva como um processo que sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas, ele é fundacional, já que revela as condições estruturais que permitiram o desenvolvimento do capitalismo. Contudo, o termo é utilizado nesta pesquisa a partir da visão de Federici (2017), que o examina para além da ótica masculina, partindo das mudanças causadas na posição social das mulheres e na produção de força de trabalho, considerando ainda fenômenos como: uma nova divisão sexual do trabalho, uma nova ordem patriarcal que exclui mulheres do trabalho assalariado e a mecanização do corpo feminino, que vira uma máquina de produção de novos trabalhadores.



um serviço frente a suas comunidades, as curandeiras foram, pejorativamente, chamadas de bruxas e acusadas de envolvimento com o demônio, passando pela violenta caça às bruxas e pela Inquisição. No imaginário popular, determinado pela literatura, pelo cinema e demais artes, uma bruxa é uma

mulher velha, feia e pobre; enrugada e com uma grande verruga pendendo da ponta do nariz aquilino; o cabelo maltratado, longo e grisalho; a voz rouca; totalmente vestida de negro e curvada sobre seu imenso caldeiro, onde um menino cristão está sendo cozido, a fogo lento, para servir de base para o preparo de poções mágicas. Ao seu redor, além do caldeiro, símbolo ancestral que representa o grande útero da Deusa Mãe, onde vida e morte estão conectadas pela reencarnação, repousam também outros objetos igualmente mágicos como a varinha e a vassoura, além da companhia inevitável de corvos e gatos pretos. (CÂMARA *et al*, 2016, p. 223)

Este tipo de produção reforça uma ideia deturpada sobre as mulheres que tinham conhecimentos empíricos e ofereciam auxílio para quem necessitava. Descaracterizam um saber ancestral feminino, extremamente ligado à Natureza, ignorando o empoderamento, uma rede de práticas autossuficientes e a oposição contra um sistema patriarcal. As bruxas medievais representavam uma forma de resistência frente a uma ordem em ascensão que tentava expropriá-las de seus saberes.

A luz de Federici (2019), a caça às bruxas foi ainda mais impulsionada pelo fato das mulheres constituírem as principais forças opositoras aos cercamentos³, ou seja, a privatização da terra. Foram elas, que com mais afinco, defendiam o antigo estilo de vida medieval, que era baseado no coletivo e nas terras comunais, além de ser caracterizada por uma determinada liberdade feminina e que valorizava esta força de trabalho, concedendo poder social: “(...) as mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social (...)” (p. 62).

Em um processo de privatização de terras e corpos, na demonização da magia e de saberes que não estavam no arcabouço católico, as mulheres foram as principais atingidas, queimadas em fogueiras, assassinadas, sofrendo das mais violentas ações. “(...) a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista (...)”

³ Os cercamentos, principalmente no séc. XVI na Inglaterra, foram um projeto de privatização de terras, articulado entre a monarquia e a aristocracia para eliminar o uso comum da terra e aumentar suas propriedades. Neste processo, destruiu-se campos abertos, fechou-se terras comunais e demoliu-se construções camponesas.



(FEDERICI, 2017, p. 205). Interessante citar que, dentre os conhecimentos dessas curandeiras, estavam os contraceptivos; com o capitalismo, úteros se tornaram produtos de força de trabalho, à mercê de homens e do Estado.

Com a colonização europeia, o ideal de bruxa foi trazido e estabelecido na América, especialmente no Brasil, porém permeados por questões raciais, agora, as mulheres perseguidas eram mulheres negras e indígenas. “A violência presente na caça às bruxas, atravessou civilizações e acompanhou o processo de colonização das Américas.” (MARTINS *et al*, 2023, p. 205)

Os saberes trazidos pelas curandeiras portuguesas foram permeados e entrelaçados com o conhecimento da fauna e flora indígena, além das magias das mulheres negras. Tal fato nos traz a tese de Federici (2017), de que a caça as bruxas se transpõe para o Novo Mundo, não apenas sobre o corpo feminino, mas sobre corpos negros e indígenas para que o acúmulo de capital se legitime a fim de consolidar o capitalismo.

Para a autora supracitada, a medicina profissional, patriarcal e financiada pelo sistema capitalista que privatizou os corpos femininos, além de expropriar e condenar o curandeirismo:

Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração - uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico inimitável, inacessível e estranho para as “classes baixas” (2017, p. 364)

Apesar destes esforços religiosos e estatais, as práticas femininas conhecidas como bruxaria resistiram no Brasil Colonial, como já foi explicado anteriormente. Os saberes foram passados de geração em geração, não sendo erradicados. Como nos traz Câmara (2016), as bruxas foram repaginadas, camufladas nos aparatos católicos para sobreviverem e na contemporaneidade, são as curandeiras, parteiras, benzedoras e rezadeiras. “Apesar da perseguição empedernida que sofreram, as bruxas, reduzidas em número, resistiram, resignificaram sua missão, redimensionaram sua atuação e seguem entre nós sob a configuração das benzedoras. A bruxa não morreu. E por que deveria?” (p. 225)

Nesse sentido, as rezadeiras podem ser compreendidas como forma de resistência feminina, remanescentes da bruxa medieval perseguida, herdeiras de um saber ancestral que tem suas características próprias no Brasil. Perpassadas pela raça e pelo catolicismo popular,



essas mulheres, conscientemente ou não, compõem uma frente contra a opressão patriarcal e capitalista.

O SINCRETISMO RELIGIOSO E O CATOLICISMO POPULAR

As práticas das rezadeiras estão marcadas por questões interculturais, relacionando conhecimentos africanos e indígenas com um aparato religioso católico, dessa maneira, compreendemos como um ofício sincrético. Assim, o sincretismo religioso diz respeito à fusão de diferentes crenças e manifestações de fé em apenas uma e pode ser um dos únicos conceitos que abarca a religião no Brasil, enquanto país diverso e miscigenado, segundo Menezes (2016). Dessa maneira, como os principais meios de cura das benzedadeiras são rezas católicas, interessamos a conceituação e análise do que se chama catolicismo popular.

Com a dominação portuguesa, a religião católica começa a ser imposta diante de outras formas de fé, como as crenças indígenas e africanas. “O português quinhentista foi base e cúpula dos fundamentos religiosos no Brasil.” (CASCUDO, 2011, p. 18) Como forma de resistência e sobrevivência, alguns elementos do catolicismo foram incorporados e fundidos em religiões de matrizes afro, por outro viés, o catolicismo português também sofre mudanças e no Brasil, não é mais o europeu. “O catolicismo aqui praticado podia ser considerada uma continuidade do catolicismo europeu, mas que ao juntar-se com as mais variadas práticas religiosas das diversas etnias acabou formando um sincretismo religioso.” (SANTOS, 2019, p. 20-21)

Assim, para Lemos Filho (1996) existem vários tipos de catolicismos brasileiros decorrentes da absorção de elementos cotidianos e influenciados por fatores regionais, sociais, étnico-raciais e de gênero. Ainda segundo o autor, existe um abismo entre o catolicismo tradicional ou oficial e o catolicismo do povo, o popular, sendo o segundo visto com preconceito pelo primeiro: “Por estar aliado às classes dominantes, o catolicismo oficial interpretava o catolicismo do povo como superstição, fanatismo e ignorância.” (LEMOS FILHO, 1996, p. 18)

Considerando isto, “O catolicismo popular é uma expressão cultural, além de religiosa, e muda de forma e de posição a partir das transformações ocorridas no contexto cultural mais amplo do qual faz parte.” (SOUZA, 2013, p. 6). É mais expressivo dentre a população menos abastada, que se sente distante dos rituais tradicionais da Igreja e necessita de intermediários, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa. “O catolicismo popular é produzido, portanto,



a partir de camadas sociais que se situam de forma subalterna em relação às estruturas de poder das quais a Igreja, enquanto espaço institucional, faz parte.” (SOUZA, 2008, p. 127)

Apesar de constituir um laço entre camadas mais populares, a Instituição vê com desconfiança e descrédito as práticas e rituais do catolicismo popular, que se manifestam muitas vezes por meio das benzedeadas, procissões, romarias, ou até mesmo das festas. Sobre a visão da Igreja acerca desses costumes, Souza nos traz que:

Seus costumes e práticas são de caráter tradicional, sendo transmitidos de uma geração para outra e com eventuais alterações sendo vistas como sacrílegas ou como uma perda de respeito, e seus praticantes se situam, majoritariamente, entre os setores mais pobres e menos escolarizados da população, possuindo, ainda, profunda ressonância no meio rural. Contrastam, assim, com os setores intelectuais da Igreja, que tenderam, historicamente, a ver suas manifestações com um misto de desprezo e desconfiança, reconhecendo-as, contudo, como estratégias válidas e eficazes para a manutenção da fé católica no seio da população (2013, p. 5).

As rezadeiras estão situadas neste catolicismo popular, utilizando das orações advindas da fé católica, sempre referendando Deus e os santos em seus rituais. Elas difundem a religião para quem as procura e contribuem para a perpetuação do poder da Igreja, mesmo após todo o histórico de perseguições sofridas desde a Colônia até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feiticeiras sertanejas, as rezadeiras foram figuras extremamente presentes no cotidiano nordestino. Em um ambiente que, por muito tempo, foi percebido com descaso e desprezo por outras regiões e pelo poder público, essas mulheres conseguiram trazer alento espiritual e físico em momentos de dificuldade. Dessa forma, esta breve discussão preocupou-se em trazer luz ao caráter sincrético, plural e de resistência deste ofício marginalizado, que é um forte símbolo da cultural imaterial brasileira. Assim, nos debruçamos sobre os papéis sociais e de gênero das rezadeiras para que a historiografia possa, finalmente, compreender a importância do debate e da visibilidade em torno destes agentes sociais.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Yls Rabelo. Das Bruxas, Saludadoras, Santeiras, Cuspideiras e Meigas Europeias às Atuais Rezadeiras Tradicionais Brasileiras. **Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 502-514, 2020.



CÂMARA, Yls Rabelo; FIALHO, Lia Machado Fiuza. O papel sanitário das rezadeiras brasileiras outrora e agora: ressignificações e continuidades. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 59, p. 1-19, out./dez. 2021.

CÂMARA, Yls Rabelo; MINGO, Carlos Sanz; CÂMARA, Yzy Maria Rabelo. Das bruxas medievais às benzedeadas atuais: a oralidade como manutenção da memória na arte de curar-uma pesquisa exploratória. **Boitatá**, v. 11, n. 22, p. 231-236, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no povo**. 2º ed. São Paulo: Global, 2011.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, M. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

LEMOS FILHO, Arnaldo. **Os catolicismos brasileiros**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 1996.

MARTINS, Rafaela Werneck Arenari; DE OLIVEIRA CLARINDO, Adriely; CAMPOS, Mauro Macedo. Bruxas, curandeiras e benzedeadas: existências e resistências. **Mosaico**, v. 15, n. 23, p. 201-225, 2023.

MENEZES, Yslany Moreira de. **Rezadores de Umari -CE: Entre a tradição e a fé (1970 - 2015)**. TCC (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras - PB, p. 111. 2016.

NASCIMENTO, Estelina Souto do. *et al.* O corpo da mulher no período colonial: algumas reflexões. **REME - Eev. Min. Enferm**, p. 14-21, 1998.

PORTELA, Bruna Marina. Carambolas ou artes diabólicas? As mulheres e a feitiçaria na sociedade colonial do século XVIII. In: HILTON, Costa. *et al.* **Tecendo as suas vidas: As mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, p. 207-227.

SANTOS, Lucas Roza dos. **“Em meio a tantos agravos rezava-se, e muito”**: As rezadeiras e suas práticas de reza e curas na comunidade rural de Caldeirão, São José De Piranhas – PB de 1984 a 2018. TCC (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras - PB, p. 95. 2019.

SILVA, Letícia Ferreira da. CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 12, 2014.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. **História Unisinos**, vol. 12, n. 2, maio-agosto, 2008, p. 127-139, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866836005>.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal, IFRN, 2013.



RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **HISTEDBR**, Navegando na história da educação brasileira, 2006.